

ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, realizou-se, por videoconferência, a 62ª Reunião Ordinária do CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP de Paranaguá, na sede da Autoridade Portuária – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – sito Avenida Ayrton Senna da Silva, 161, Paranaguá/PR, relativa ao mês de novembro deste mesmo ano. Presidiu a reunião o representante do Ministério da Infraestrutura Felipe Ozorio Monteiro da Gama. Estavam presentes os seguintes conselheiros representantes do Poder Público: Luiz Fernando Garcia da Silva **(Governo do Estado)**, Luciano do Carmo Andreoli **(Receita Federal)**, João Antonio Batista Lozano **(Município)**; os representantes da Classe Empresarial: André Luiz do Patrocínio e Silva Maragliano **(ABTP)**, João Ivano Marson **(ABTP)**, Zulfiro Antônio Bósio **(AEB)**, João Barbieri **(SINDOP)**; o representante da classe dos trabalhadores: Sandro Pereira **(FNP)**; e os seguintes convidados: Argyris Ikonomou **(SINDAPAR)**, Nilson Hanke Camargo **(FAEP)**, Marcos Vinícius de Lima Martini **(PARANAGUÁ PILOTS)**, Carlos Eidam de Assis **(CONSAD)**, Nelson Costa **(SISTEMA OCEPAR)**, Rodrigo Schmidt **(FECOMERCIO)** e Capitão de Corveta José Marcos Kascharowski **(MARINHA)**. **EXPEDIENTE: ITEM I)** O Presidente Felipe Ozorio Monteiro da Gama saudou e agradeceu a presença de todos, qual após verificação de quórum, deu início à 62ª Reunião Ordinária deste Conselho. **ITEM II)** Após disponibilizada previamente aos membros do Conselho e não havendo objeções, foi aprovada a ata da 61ª Reunião Ordinária em seu teor integral. **ITEM III)** Não houve membros a serem empossados nesta reunião. **ITEM IV)** Não houve correspondência enviada para esta secretaria. **ITEM V)** O Presidente informou ao Conselho que as reuniões a partir de janeiro de 2022 ocorrerão de maneira presencial. **ORDEM DO DIA – ITEM VI) Apresentação - Programa Cartão Futuro.** Com a presença do Conselheiro João Lozano, e a presença dos convidados Suelen Glinski, Alberto Ricardo Opolz e Daniele Vilarinho que, em nome da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho, vieram apresentar o Programa Cartão Futuro de iniciativa do Governo do Estado do Paraná e apoio da Prefeitura Municipal de Paranaguá. O programa realiza a manutenção dos contratos de trabalho e incentiva a contratação de jovens aprendizes com idade entre

quatorze a vinte e um anos com pouca ou nenhuma experiência profissional. O desafio do projeto se direciona para a contratação de até trinta e cinco mil jovens em todo Paraná em situação de desemprego ou de vulnerabilidade social. Segundo a Chefe do Departamento do Trabalho e Estimulo à Geração de Renda da SEJUF, Suelen Glinski, este projeto é considerado um dos maiores já realizados no estado. O Estado do Paraná se compromete com a pessoa jurídica de direito privado pagando trezentos reais por mês para cada jovem aprendiz contratado. Na primeira etapa do programa foi lançado o Programa Cartão Futuro Emergencial destinado a manutenção dos contratos já existentes e pretende cobrir até quinze mil contratos com o valor de trezentos reais por um período de três meses após o fim do contrato de experiência. Segundo Suelen Glinski foi levantado a existência de quinze mil contratos vigentes durante a pandemia. Por isso, todo empregador que estiver mantendo um jovem, entre quatorze a vinte e um anos de idade, em contrato de aprendizagem de três meses, tem o direito a receber as três parcelas de incentivo independente se esse jovem se apresenta em vulnerabilidade social. Para participar do Programa Cartão Futuro Emergencial é necessário encaminhar toda a documentação pelo site. Ainda no período da pandemia, se observou dificuldades de novas contratações de jovens aprendizes na iniciativa privada, tendo em vista disso, foi lançada a segunda etapa desse programa chamada Programa Cartão Futuro. Na segunda etapa, o empregador que realizar novas contratações de jovens aprendizes terá o direito a receber parcelas de trezentos reais durante toda a vigência do contrato. Explica ainda que os contratos firmados com jovem PCD, ou jovem que tenha cumprido alguma medida socioeducativa, os valores das parcelas serão de quatrocentos e cinquenta reais. Comentou ainda que, é um programa de primeiro emprego, mas acaba ajudando não somente o jovem a obter experiência profissional, como também sua família. Muitas vezes esse jovem é o único a ter sua carteira assinada na família. Para as novas contratações, do Programa Cartão Futuro, o jovem precisa comprovar fazer parte de família vulnerável, e, preferencialmente, estar inscrito no Cad Único do Governo Federal. O empregador que decidir participar do Programa Cartão Futuro deverá se dirigir até a Agência do Trabalhador possuindo todas as documentações. O programa está sendo provido do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e do Fundo Estadual para a Infância e Adolescente do Estado do Paraná. Esta preocupação tem sido tanto do Governo do Estado quanto da

Prefeitura Municipal de Paranaguá que juntam forças para realizar o Cartão Futuro do Paraná. Todos os municípios do Paraná também estão sendo incentivados a promover o programa tanto pela Agência do Trabalhador quanto pelos postos avançados. Dito isso, houve palavras de agradecimento dos convidados e por seguinte foi encerrada a apresentação. **ITEM VII) Apresentação – Derrocagem das Pedras da Palangana.** Segundo o Diretor de Engenharia, a obra de Derrocagem está sendo executada nas Pedras da Palangana, um maciço rochoso localizado no extremo leste da Portos do Paraná que possui muitas pontas elevadas. Essas pontas formam um obstáculo que não são sanadas apenas por dragagem comum. Os pontos que estão sendo derrocados representam doze por cento das Pedras da Palangana, uma porção pequena, mas que gera grande dificuldade de navegação no canal, além do risco considerado. O objetivo da obra é remover as protuberâncias que ela apresenta, de maneira a obter uma profundidade maior, elevando a segurança de navegação do canal. Todo o material derrocado será retirado e destinado a doação para as Prefeituras da região litorânea. Estão colaborando nesse serviço tanto os funcionários da operação quanto os funcionários da Praticagem de Paranaguá. A Derrocagem se divide em quatro grandes etapas: etapa um) posicionamento e fixação da balsa; etapa dois) perfuração e alongamento do explosivo; etapa três) retirada da rocha do fundo do mar; etapa quatro) reciclagem das rochas. Nesse sentido foi detalhado por meio de vídeos a instalação do equipamento de perfuração, o desmonte e o carregamento, assim como o cronograma da obra. O Diretor afirma que está sendo tomados todos os cuidados ambientais, e, assim sendo, foi implementado o monitoramento à vida marinha que se estenderá até o fim do ano de dois mil e vinte e dois. Há também o trabalho sendo desenvolvido pela Comunicação da Portos do Paraná com publicações nos canais de comunicação dos informativos da obra. Com a palavra o Sr. Martini, da Paranaguá Pilots, não somente parabenizou como também elogiou o consórcio que realiza a obra da derrocagem junto a Portos do Paraná por sua comunicação e gerência dos trabalhos de maneira a não impactar a comunidade local. Sem mais comentários sobre o assunto, prosseguiu para a próxima pauta. **ITEM VIII) Apresentação – Port Community System (PCS) – Port Collaborative Decision Making (Port CDM).** Com a palavra, o Superintendente de Governança da Portos do Paraná Carlos Eidam de Assis saudou a todos, fez comentários elogiosos a respeito da consultoria do projeto informatizado

na Portos do Paraná. O projeto estudado junto a Fundación Valenciaport passou por desafios nos anos de pandemia, mas expressa resultados logrados de muito êxito. Após comentários, a apresentação seguiu com a presença do consultor da Fundación Valenciaport, Jonas Mendes Constante, cumprimentado o Presidente, os Conselheiros e os demais convidados. A apresentação conceitual referente a etapa um do Programa de Transformação Digital iniciou com os resultados da assistência técnica realizada nos últimos cinco meses na Portos do Paraná. Os primeiros pontos apresentados foram os quatro objetivos da cooperação técnica com a Portos do Paraná traçados na primeira fase do projeto. Dos quatro objetivos desenvolvidos, os três primeiros objetivos foram executados e o último objetivo se encontra em execução. O Port Community System (PCS), que se refere ao primeiro objetivo, revisou e diagnosticou a situação atual dos operadores portuários na integração dos sistemas, assim como consultou o alinhamento dos interesses na sua implementação. A situação identificada foi que a comunidade portuária dispõe de diversos serviços digitais não centralizados e de baixa integração com o sistema do Governo Federal. No segundo objetivo apresentado, o diagnóstico do objetivo um, gerou um relatório viabilizando a criação do desenho customizado da PCS ajustado à realidade da Portos do Paraná e às demandas da comunidade portuária. No terceiro objetivo ocorreu a revisão do plano de sistemas já existentes. Já no quarto objetivo, que está sendo executado, foi apresentado a documentação necessária para o processo de licitação e implementação do Port Community System na Portos do Paraná junto à comunidade portuária. Após comentários dos conselheiros ao consultor, foi prosseguida para a segunda etapa da apresentação mostrando o desenho da plataforma tecnológica PortCDM (Just in Time Port Call), uma plataforma de colaboração de apoio a tomada de decisão no processo de escalas voltado para a comunidade portuária. Segundo o consultor, os principais portos do mundo fazem uso dessa plataforma. O desenho do sistema solicitado à Fundación Valenciaport foi adaptado a realidade da Portos do Paraná e resultou a criação de um metromap identificando todos os processos de escala no porto. A partir disso, foi possível criar um piloto da plataforma de integração de sistemas, cujo nome recebido foi “Paula”. Cada um dos atores (práticos, rebocadores, amarradores, operadores portuários, autoridades portuárias, agentes marítimos) têm acesso ao sistema “Paula” implementado na Portos do Paraná, e a partir desse acesso podem visualizar as escalas

previstas, a situação de cada escala e, até mesmo, interagir com elas. Para entender melhor como funciona o sistema, o consultor Jonas Mendes mostrou uma das escalas completa e explicou as funcionalidades disponíveis. Logo, demonstrado o sistema “Paula”, ficou aberto o espaço para que fossem feitas perguntas relativas ao tema e nesse tempo o Conselheiro Bósio, com o uso da palavra, levantou a dúvida sobre a integração do Porto Sem Papel ao sistema. Em resposta ao Conselheiro, o consultor da Fundación Valenciaport explicou que os conceitos entre o Porto Sem Papel e o PCS apresentam serviços distintos, uma vez que o PCS é voltado para operações em tempo real de procedimentos de escalas e o Porto Sem Papel é voltado para documentações. Ainda nesse tempo, o convidado Martini, com o uso da palavra, parabenizou o projeto e em seguida observou que, como citado na reunião, os portos Rotterdam e Cingapura fazem uso do sistema e estão entre os maiores portos do mundo em movimentação e que a iniciativa da Portos do Paraná é promissora. Feitas as contribuições acerca dessa parte da apresentação, o próximo ponto apresentado foi o cenário da cibersegurança. Recentemente a Portos do Paraná sofreu ataque hacker controlado pela Fundación Valenciaport e apresentou resultados satisfatórios. Contudo, se fez necessário a elaboração do Plano de Iniciativas e Oportunidades de Melhorias para redobrar a atenção em relação à segurança cibernética. O conjunto de ações em cibersegurança foi entregue pela Fundación Valenciaport no mês de julho deste ano. Dito isso, não havendo mais nada a acrescentar, foi encerrada a apresentação. **ITEM IX) Reuniões do CONSAD.** A relatoria dada pelos membros do Conselho de Administração indicados pelo Conselho de Autoridade Portuária, será realizada cumulativamente na próxima oportunidade. **ITEM X) ASSUNTOS GERAIS.** Aberta a deliberação para temas diversos, o convidado Nilson Hanke, com uso da palavra, manifestou ao Conselho que, ao que parece, a CODAPAR perdeu seu monopólio e perguntou à equipe responsável da Portos do Paraná da resolução desse caso. Em resposta, o processo iniciado há uma década chegou a comum acordo entre as partes depois do entendimento que a Portos do Paraná não tirou a classificação, as cargas continuam sendo classificadas no pátio de triagem. Foi proposto uma melhoria do pátio de triagem, tanto na disposição tecnológica quanto numa diminuição de custos e ineficiências. Dessa forma, foi decidido a não continuidade na prestação do serviço junto a CODAPAR. Após a decisão, a ATEXP assumiu a prestação dos serviços de classificação com as propostas sugeridas.

Contudo, os custos da classificação permaneceram. Nilson Hanke acrescentou que o processo de classificação ocorre tanto no pátio de triagem quanto pelas importadoras. O Conselheiro André Maragliano, com uso da palavra, esclarece ao convidado que a mudança foi um grande passo, pois os custos já existiam e a classificação está correta. Os valores pagos em embarques, desembarques e classificações são para garantir uma segurança de que a carga da sua origem permaneça a mesma até seu destino final. Destacou a participação da iniciativa privada nesse processo que contribui para a desburocratização, para a competitividade e redução de custo no mercado. **ITEM XI) comunicados finais de interesse.** O Presidente Felipe Ozório Monteiro da Gama, agradeceu a presença de todos, e por fim, e não havendo nada mais a ser tratado, encerrou a reunião, solicitando a lavratura da presente Ata.